



1487 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 12 - Filosofia da Educação

Martha Nussbaum, a perspectiva de uma educação humanizadora e a questão da inclusão escolar
Rosmarí Deggerone - UPF - Universidade de Passo Fundo

O artigo desenvolve uma reflexão sobre a educação humanizadora a partir das obras da pesquisadora e filósofa Martha Nussbaum, especialmente tomando como apoio: *El cultivo e la humanidad: Una defensa clásica de la reforma en la educación liberal*(2005), *Las fronteras de la justicia: consideraciones sobre la exclusión* (2012) e *Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades* (2015), com o intuito de compreender a relevância das humanidades e seu papel no complexo processo de educar o sujeito, estabelecer as interações com o outro e situar-se no atual contexto globalizado. Pretende-se, ainda, argumentar de uma maneira sucinta sobre a adoção das humanidades na re(construção) da educação, especificamente na condição de inclusão. Primeiramente, o artigo aborda a educação e as humanidades. A seguir, enfoca o educador e os desafios do educar. Por fim, tematiza a educação e a questão da inclusão escolar do outro.

Palavras-chave: Educação. Humanidades. Educador. Inclusão Escolar.

Martha Nussbaum, a perspectiva de uma educação humanizadora e a questão da inclusão escolar

El ideal clásico del "ciudadano del mundo" se puede entender de dos maneras, e igualmente el "cultivo de la humanidad". La versión más inflexible y exigente es el ideal de un ciudadano cuya lealtad *principal* es para con los seres humanos de todo el mundo, y cuyas otras lealtades, nacionales, locales y de grupos diversos, se consideran claramente secundarias. Su versión más blanda permite una diversidad de visiones sobre cuáles deberían ser nuestras lealtades, siempre deberíamos estar seguros de reconocer el valor de la vida humana en cualquier lugar que se manifieste, y de vernos a nosotros mismos como ligados por capacidades y problemas humanos comunes con las personas que se hallan a gran distancia de nosotros (NUSSBAUM,2005,p.28).

Resumo: O artigo desenvolve uma reflexão sobre a educação humanizadora a partir das obras da pesquisadora e filósofa Martha Nussbaum, especialmente tomando como apoio: *El cultivo e la humanidad: Una defensa clásica de la reforma en la educación liberal*(2005), *Las fronteras de la justicia: consideraciones sobre la exclusión* (2012) e *Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades* (2015), com o intuito de compreender a relevância das humanidades e seu papel no complexo processo de educar o sujeito, estabelecer as interações com o outro e situar-se no atual contexto globalizado. Pretende-se, ainda, argumentar de uma maneira sucinta sobre a adoção das humanidades na re(construção) da educação, especificamente na condição de inclusão. Primeiramente, o artigo aborda a educação e as humanidades. A seguir, enfoca o educador e os desafios do educar. Por fim, tematiza a educação e a questão da inclusão escolar do outro.

Palavras-chave: Educação. Humanidades. Educador. Inclusão Escolar.

Introdução

O complexo processo de educar o outro, no cotidiano escolar, ultrapassa os muros da escola para chegar à família e à sociedade. Possivelmente, ao buscar a construção de conhecimentos a partir das humanidades, a escola depara-se com a necessidade de educar o ser humano para um mundo globalizado. Perceber o mundo como nosso é uma maneira de não assumir a responsabilidade individual sobre o mesmo e, assim, ter a perspectiva do que o que é de todos necessariamente poderá não ser de ninguém, portanto o comprometimento sobre si mesmo, o outro e o mundo, é algo a ser ensinado ao educando. O momento atual exige um repensar o mundo como meu, seu, de modo individual e assim, com comprometimento próprio, na intenção de compreender o coletivo, a partir do individual. Torna-se de extrema importância resgatar e reforçar que as necessidades fisiológicas, nutricionais, higiênicas- sanitárias, segurança e emocionais do indivíduo são projetadas para os outros segmentos sociais, culturais, políticos e, em especial, educacionais, pois o homem é um ser social por natureza.

A educação, seja no âmbito público ou privado, quer a nível nacional ou mundial para atender as demandas da sociedade – no setor econômico, político e cultural principalmente – precisa estar embasada no cultivo das humanidades e assim desenvolver as capacidades que tornam o ser humano leal para ele mesmo e para com os outros. Este aspecto ultrapassa os limites geográficos, bem como o reconhecimento do valor da vida e os problemas comuns da trajetória humana(NUSSBAUM, 2003, p. 29).

A relação entre a educação fundamentada nas humanidades e a condição de cidadão, que emerge a partir de uma mente livre da escravidão, dos maus hábitos e dos costumes, traz a possibilidade do ser humano tomar as suas decisões e atuar com sensibilidade e sanidade mental no mundo. O incansável questionamento quanto à formação do ser humano com a capacidade de refletir sobre as ideias que contemplam a sua vida e a do outro, torna-se uma condição essencial diante da complexidade que constitui a sua existência. Consequentemente, o presente estudo busca elucidar a questão: Quais são as capacidades que o ser humano precisa desenvolver para uma educação com perspectiva humanizadora? O estudo está fundamentado nas obras da pesquisadora e filósofa Martha Nussbaum, a saber: *El cultivo de la humanidad:*

Una defensa clásica de la reforma en la educación liberal(2005);*Las fronteras de la justicia: consideraciones sobre la exclusión*(2012);*Educação e Justiça Social*(2014); *Sem fins lucrativos; por que a democracia precisa das humanidades*(2015) e *Crear Capacidades: Propuesta para el desarrollo humano*(2012).

Assim, inicialmente, no texto enfoca-se a relação entre a Educação e as Humanidades. Neste primeiro passo descrevem-se alguns dos aspectos que integram a mudança no atual contexto e a necessidade de implementar projetos político-pedagógicos e o fazer-pedagógico articulados com o desenvolvimento de capacidades para desenvolver as humanidades no ser humano. A seguir, o estudo trata do educador e o desafio do educar. Pretende-se identificar o ato de educar, o papel e o perfil do professor diante das mudanças no contexto educacional e a sua globalização. Num terceiro momento, aborda-se a educação e a inclusão escolar tomando como foco os principais entraves e possibilidades no cotidiano escolar relacionados à inclusão.

1 A educação e as humanidades

A educação escolar é uma tarefa complexa e exige do educador um conhecimento das capacidades do aluno, no sentido de que seja efetivada uma aprendizagem significativa e individualizada. Por essa razão, entende-se que:

Una educación que responda a esas necesidades debe ser una educación multicultural, es decir, aquella que pone en contacto al estudiante con algunos hechos fundamentales de la historia y cultura de muchos grupos diferentes. Entre ellos, debería incluirse tanto los principales grupos religiosos y culturales de cada parte del mundo como las minorías étnicas, raciales, sociales e sexual es en sus propias naciones (NUSSBAUM, 2005,p.96).

Nussbaum apresenta uma perspectiva a ser adotada pela educação atual que venha a suprir as necessidades e os desafios de um processo educacional que seja multicultural. Desafios que oportunizam ao estudante o contato com a história e com a diversidade cultural, sem esquecer as minorias étnicas, raciais, sociais e sexuais que integram as próprias nações. Este ponto é básico para retomar o objetivo de educar o indivíduo como cidadão do mundo. Pensar em educação consiste em analisar a atuação sobre a formação de indivíduos e, para a estudiosa citada anteriormente:

Si se comienza a vivir como un niño que ama y confía en sus padres, resulta tentador querer reconstruir la ciudadanía siguiendo las mismas pautas, y encontrar en una imagen idealizada de nación o de líder un padre sustituto que piense por nosotros. Nos corresponde a nosotros, como educadores, mostrar a nuestros estudiantes la belleza y el interés de una vida abierta al mundo entero, mostrarles que, después de todo, hay más alegría e interés en el tipo de ciudadanía que cuestiona que en el estudio de los seres humanos en toda su real variedad y complejidad que en la celosa búsqueda de estereotipos superficiales, que existe más amor y amistad verdaderos en la vida del cuestionamiento y de la autonomía que en la de la sumisión a la autoridad. Es mejor que les mostremos esto, o el futuro de la democracia en el mundo lucirá más sombrío (NUSSBAUM,2005, p.114-115).

Afirma, assim, a autora, que o começo da construção da cidadania na criança se dá a partir dos pais, cuja missão posterior se concretiza com a atuação na pessoa do educador. Como refere acima Nussbaum, o educador precisa oportunizar aos estudantes o desenvolvimento de um tipo de cidadania que questione as diferentes humanidades e a complexidade dos seres humanos, bem como saber que há mais amor e amizade presentes nos questionamentos e na sua autonomia do que em situações de submissão à autoridade. Tais situações reais e a reflexão sobre elas possibilitam a superação dos estereótipos superficiais e um futuro condizente com a democracia pretendida. Ainda, Nussbaum acrescenta que:

Es necesario que la educación para la ciudadanía universal comience a temprana edad. Apenas los niños se adentran en la narración, pueden contar historias sobre otras tierras y pueblos. Sería muy bueno que un currículo para el ciudadano del mundo comenzara el primer año de primaria, cuando los niños pueden aprender de manera entretenida y sin que les cause problemas e l hecho de que existan otras formas de religiones, además del judaísmo y del cristianismo, de que las personas tienen muchas tradiciones y maneras de pensar distintas (2005,p.98).

Sendo dessa forma, o educador pode ser instigado a uma constante adaptação e reflexão quanto à formação dos indivíduos, diante de uma nova visão de educar, de cuidar e de aprender. É relevante enfatizar, assim, que a educação para uma cidadania universal precisa respeitar e entender outras terras, outros povos, outras culturas e tradições. O grande desafio está em oportunizar uma educação capaz de sanar as dificuldades identificadas no indivíduo e, ainda, desenvolver as capacidades para que possa desempenhar as funções que lhe serão atribuídas, principalmente com o domínio dos conhecimentos pertencentes às humanidades, com autonomia. É interessante, portanto, que a criança, desde os primeiros anos, possa aprender sobre a existência das diversidades culturais, das tradições e de maneiras de pensar distintas entre os seres humanos. Para Nussbaum, as humanidades possuem a capacidade de desenvolver a imaginação, o pensamento crítico do indivíduo e a compreensão do outro pois:

Cuando preguntamos sobre la relación entre una educación liberal y la condición de ciudadano, estamos planteando una pregunta de larga historia en la tradición filosófica occidental. Estamos recurriendo al concepto de Sócrates de la “vida en examen”, a las ideas de Aristóteles sobre ciudadanía reflexiva, y sobre todo a las ideas estoicas de griegos y romanos sobre a educación que es “liberal”, encuaneto libera la mente de la esclavitud de los hábitos y la costumbre, formando personas que puedan actuar com sensibilidad y agudeza mental como ciudadanos del mundo(2005,p.27).

Ao longo da história, em especial na tradição filosófica ocidental, a pergunta que permanece é sobre a relação existente entre uma educação liberal e a condição de cidadão. Condições que são tratadas por Sócrates, Aristóteles, os estoicos, os gregos e os romanos sobre a educação

liberal que liberta a mente e a escravidão dos hábitos e dos costumes, de modo a tornar possível formar pessoas que possam atuar como cidadãos do mundo, com sensibilidade e saúde mental. Para cultivar a humanidade é necessário, segundo Nussbaum (2005, p. 29-20), três habilidades: a primeira é um exame crítico de si mesmo e das próprias tradições; em poucas palavras, refere-se a uma vida examinada; a segunda, concerne a que os cidadãos que cultivam a sua humanidade necessitam de ver-se a si mesmos não somente como cidadãos pertencentes a uma região ou grupo, mas sim como seres humanos vinculados aos outros seres humanos com laços de reconhecimento e de mútua preocupação; e, finalmente, a terceira habilidade corresponde à imaginação narrativa, que significa a capacidade de pensar de como seria estar no lugar do outro, compreender suas emoções e seus desejos e anseios.

As três habilidades, num primeiro momento, parecem simples, mas há muita complexidade quando o enfrentamento acontece no nível da subjetividade humana e, especialmente, do pensamento. Como refere nossa autora, "al conectar esta idea de con la enseñanza de la filosofía de los diversos cursos[...] veremos que no es la educación socrática, sino su ausencia, lo que sería fatal para la salud de nuestra sociedad"(NUSSBAUM, 2005, p. 40). A educação deverá ser capaz de formar o indivíduo na condição de educando, com autonomia democrática para refletir além de si mesmo, em relação ao outro e à sociedade. A necessidade de refletir sobre si mesmo, o outro e, principalmente, se há outra maneira de tomar decisões, de fazer as coisas, é algo fundamental para o ser humano e Nussbaum nesse sentido afirma que:

La mayoría de las personas con las que se enfrentó Sócrates llevaban vidas pasivas, vidas cuyas acciones y decisiones más importantes eran dictadas por las creencias convencionales. Estas creencias vivían con ellos y los modelaban, pero nunca las habían mirado dentro de ellas, preguntándose si habría hecho verdaderamente propias, porque en realidad nunca habían mirado dentro de ellas, preguntándose si habría otra manera de hacer las cosas, y cuáles era nen verdade dignas de guiar sus vidas en lo personal y en lo político. En este sentido, nunca se habían hecho cabalmente dueños de si mismos (2005,p.42-43).

Portanto, nessa citação identifica-se a preocupação da autora quanto à importância da reflexão sobre as próprias atitudes/ações que integram a vida de relação do ser humano consigo mesmo, com os outros e com o mundo que o cerca. A tomada de decisão, não poderá ser uma mera resposta, mas sim a ultrapassagem das crenças convencionais e o permitir ao ser humano ser dono de si mesmo, das suas decisões. Dessa forma, pode-se considerar que é somente possível desenvolver esta habilidade mediante uma educação pautada nas humanidades, o que pode possibilitar ao ser humano exercer a imaginação narrativa diante das situações vivenciadas.

Provavelmente, as humanidades necessitam de uma retomada da educação socrática que contempla cinco enunciados em Nussbaum, quais sejam: a educação socrática:1) é para todos os seres humanos; 2) deve adaptar-se às circunstâncias do aluno; 3) deve ser pluralista e decidir atenta a uma diversidade de normas e tradições; 4) deve garantir que os livros não se transformem em autoridades; e 5) ¹ (NUSSBAUM, 2005, p.52 a 58). Ao realizar a leitura e a posterior interpretação dos enunciados da autora tem-se a convicção de que a educação atual, na maioria das instituições de ensino, não demonstra uma preocupação em evidenciar a educação socrática na formação do indivíduo, mas limita-se somente a suprir as demandas e as exigências do mercado de trabalho.

Ao retomar a educação dos estoicos, Nussbaum identifica uma dimensão que contempla a capacidade das pessoas em fazer um exame crítico sobre a verdade:

La razón construye la personalidad de un modo muy profundo, modelando sus motivaciones así como su lógica. La argumentación no sólo proporciona a los estudiantes razones para hacer esto y lo otro; también ayuda a hacer más probable que actúen de certa manera, y por ciertos motivos. En este muy radical sentido produce personas que son responsables por sí mismas, personas cuyos razonamientos y emociones están bajo su control(2005, p. 52).

Nussbaum entende que a razão é a responsável pela construção de uma personalidade de um modo profundo e que as motivações humanas são controladas, tornando os estudantes pessoas responsáveis por si mesmos e por suas emoções. Ainda, acrescenta que a formação da personalidade relaciona-se muito bem com as emoções e com o controle da lógica humana. E que, também, é possível perceber que a partir do governo das emoções, são formadas pessoas responsáveis por si mesmas com os raciocínios e as emoções sob controle. Segundo este argumento, uma pessoa que sabe controlar as emoções é capaz de decidir e atuar de maneira adequada em determinadas situações e por motivos diversos.

As humanidades servem para que o ser humano seja capaz de tomar consciência quanto aos aspectos que o constituem como humano, propriamente dito e, portanto, torna-se essencial que sejam adotadas como alternativa no recondicionamento educacional, social, cultural entre outros, com base nos valores humanos.

A autora chama a atenção para que se possa compreender que os seres humanos integram uma comunidade universal em que se faz necessário construir uma vivência que venha a contemplar o bem-estar e a moralidade da justiça humana a partir de uma educação humanizadora pautada na perspectiva da condição e da vulnerabilidade humana, do cuidado e das humanidades.

2 O Educador e os Desafios do Educar

O grupo docente, nas Instituições de Ensino, diante dos desafios da profissão de educar, necessita de uma formação de qualidade, específica e com embasamento nas humanidades. Trata-se de um embasamento que lhe possibilite uma preparação adequada para desempenhar a função de educar, suprindo, assim, as falhas detectadas na formação acadêmica de conhecimento cultural, artístico, histórico e filosófico com viés nas humanidades. As instituições educacionais, com o intuito de corresponder as demandas do mercado e o desenvolvimento tecnológico do contexto, dão prioridade às disciplinas que integram o paradigma do crescimento econômico (NUSSBAUM, 2015,p.20). Tais disciplinas são incluídas nos currículos em detrimento das humanidades, pois o mercado exige trabalhadores treinados, obedientes e competentes, mas não com raciocínio crítico diante das vivências/situações (NUSSBAUM,2015.p.21).

Os profissionais da educação, independente da sua área de atuação, são responsáveis pelo processo educativo-formativo-cuidativo do ser-aprendiz; ao professor cabe ter um perfil capaz de atuar de maneira competente e ética diante dos desafios da educação atual. Sendo assim, o educador assume um papel essencial para a mudança de comportamentos e atitudes do educando, pois se busca, através da educação, um ser capaz de tomar decisões e ter comprometimento ético e cidadão no que se refere à vida e a sua complexidade. O educador, para ter esta

percepção do educando sob seus cuidados, necessita desenvolver competências e habilidades fundamentais para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça de maneira ética, reflexiva e humanizadora. Formar o educando com uma visão de cidadania universal é um dos aspectos que a educação precisa retomar e Nussbaum considera que:

A educação para a cidadania global é um tema vasto e complexo que precisa incluir as contribuições da história, da geografia, dos estudos culturais interdisciplinares, da história do direito e dos sistemas políticos e do estudo da religião – todos interagindo entre si, e todos agindo de modo cada vez mais sofisticado à medida que as crianças amadurecem. E suas demandas pedagógicas também são complexas(NUSSBAUM, 2015, p.86-87).

Ao fazer uma tentativa de pensar a educação para a formação de uma cidadania global faz-se necessário incorporar outras disciplinas como a história, a geografia, a religião e, especialmente, o resgate dos estudos das culturais interdisciplinares e cada uma com a sua especificidade interagindo e implementando as demandas pedagógicas do contexto atual. A interdisciplinaridade provavelmente é uma das alternativas a ser adotada para que o sujeito receba uma formação fundamentada numa consciência e cidadania global. O tema educação é por si só complexo muito abrangente e, na maioria das vezes, encontra-se desvinculado da realidade, pois ainda não forma o sujeito crítico e com uma visão de cidadania cosmopolita. A missão do professor a cada momento torna-se ainda mais desafiadora, pois:

Para ser um bom professor é preciso ensinar as crianças a perceberem como a história é construída a partir de diversos tipos de fontes e de provas e a aprender a avaliar uma narrativa histórica comparando-a com outra. Criticar o que foi aprendido também faz parte da discussão em sala de aula; quando se estuda a história e a economia de uma cultura, devem-se fazer perguntas acerca das diferenças de poder e de oportunidade, do lugar das mulheres e das minorias e dos méritos e desvantagens das diferentes estruturas de organização política (NUSSBAUM, 2015, p.89)

Dessa forma, oportunizar uma educação humanizadora, requer um educador que seja capaz de desenvolver na criança capacidades de aprender e de perceber o outro e, assim, de fazer relações entre os diferentes segmentos da sociedade, seja no âmbito da história, da economia, das minorias e ou de outros grupos sociais. Criar um ambiente escolar em que a discussão seja uma constante a ser adotada pelos agentes do processo ensino-aprendizagem exige um professor que tenha um perfil definido como um sujeito que faz e que possibilita a leitura da realidade, do contexto e, principalmente, que busca inserir o sujeito na condição de aprendiz no desenvolvimento de uma criticidade diante das discrepâncias e das diferenças que constituem a sociedade como algo globalizado e integrado.

A educação, ao desenvolver no sujeito as capacidades referentes à percepção e a crítica de si, do outro e as interligações, bem como identificar as diferenças, as desvantagens e o lugar que o mesmo ocupa no mundo, talvez tenha então concretizado a sua missão. Educar para compreender e perceber a história, a economia e os demais setores da atividade humana é uma necessidade que perpassa a sala de aula, o ambiente escolar, as instituições educacionais e chega aos segmentos em que o indivíduo encontra-se inserido e sofrendo influências de modo positivo ou negativo, ou ambos. É fácil ensinar o indivíduo a torna-se um crítico falante; no entanto o problema explode quando há a necessidade de ser atuante e, principalmente, de ter uma visão ética, solidária e humanizadora. Nussbaum (2015, p.81) propõe que os jovens necessitam, desde muito cedo, de compreender as diferenças, as necessidades e os interesses humanos de uma maneira comum, para assim haver a resolução dos problemas que são compartilhados. E reforça, também, que o ensinar o indivíduo para tornar-se um cidadão cosmopolita é uma tarefa imensa que causa uma sensação de impossibilidade ao professor e que, diante desta situação, muitos ficam tentados a desistir ou pensam que a melhor maneira seria buscar uma limitação e um apego ao país em questão e não pensar e agir numa perspectiva cosmopolita.

Nussbaum reafirma com veemência que toda a análise histórica de um país requer o conhecimento da história mundial, pois há a necessidade de situá-la a partir de um contexto global. Sem haver esta contextualização torna-se quase inviável a compreensão dos problemas e das responsabilidades relacionadas às nações e às culturas do mundo(2015, p.81).Portanto, torna-se relevante argumentar que:

A história do mundo e o conhecimento econômico, então, devem ser humanísticos e críticos se quiserem ter alguma utilidade na formação de cidadãos do mundo inteligentes; e eles devem ser ensinados junto com o estudo das religiões e das teorias filosóficas do direito. Só então fornecerão uma base útil para os debates públicos que devemos realizar se quisermos cooperar na solução dos principais problemas da humanidade(NUSSBAUM, 2015,p.94).

Diante da consideração de Nussbaum é preciso indagar sobre: que conhecimentos da história do mundo e da economia o cidadão a ser formado necessita? Como formar um cidadão que compreenda a história do mundo e da economia e, ao mesmo tempo seja humanizado e crítico? Ao estudar as teorias das religiões e do direito terá o sujeito desenvolvido e adquirido uma base sólida e assim cooperar com a solução dos problemas da humanidade? Diante de tais perguntas, o educador, ao refletir sobre o seu papel na formação do sujeito, provavelmente irá defrontar-se com modelos educacionais historicamente constituídos e que não têm como “filosofia escolar” a construção de cidadãos críticos, no sentido literal do termo. Ao tomar-se conhecimento da filosofia de determinadas escolas, tem-se palavras e frases muito bem elaboradas, mas que na essência aquela formação escrita e presente nos planos políticos-pedagógicos muitas vezes não são concretizadas, no processo de educar. Talvez, uma das causas seja a adoção do paradigma do desenvolvimento econômico e não o das humanidades.

Da perspectiva de Martha Nussbaum, constata-se que ao criticar o papel da escola e do professor uma das respostas possíveis é o resgate das humanidades na formação do sujeito. Segundo a autora, a partir destes conhecimentos emergem algumas possibilidades de uma formação do sujeito como um cidadão do mundo global. Provavelmente, as questões formuladas referentes à formação do cidadão, especialmente a partir das humanidades, são inquietantes e deslocam o professor da mesmice e o fazem entrar em movimento, pois o processo educativo é um contínuo aprender, reaprender entre os implicados e na relação com o contexto educacional.

Por outro, lado definir “o que ensinar”, “Como ensinar” e “Para quê ensinar” faz do educador um sujeito reflexivo e crítico da prática pedagógica e do modelo de ensino que ainda perpetua-se nas instituições educacionais. Nussbaum afirma que:

[...] O conteúdo curricular trocou o material preocupado em inspirar a imaginação e exercitar a capacidade crítica pelo material imediatamente relevante para a preparação para a prova. Junto com a mudança de conteúdo veio à mudança pedagógica ainda mais pernicioso: a substituição do ensino que procura promover o questionamento e a responsabilidade individual por um ensino que joga informações goela

abaixo visando à obtenção de resultados favoráveis no exame (2015.p.135).

A crítica de Nussbaum é direcionada ao conteúdo curricular que as instituições adotam, tendo como finalidade fornecer informações ao sujeito em formação, pois o importante, nesse caso, é ter resultados adequados quanto aos exames e a imaginação e a crítica são capacidades que não ocupam a relevância merecida. A mudança pedagógica preocupa-se com um ensino cujo embasamento teórico é mensurado em provas e exames. O aspecto da promoção do questionamento e da responsabilidade individual não recebe a devida atenção e a obtenção de resultados é o ponto a ser perseguido. Mesmo assim, as provas e os testes padronizados são importantes como instrumentos desafiadores do ensino vigente, na sua maioria, como parâmetros a serem observados na avaliação e na reorganização do processo educacional.

Portanto, retomar a essência e a finalidade da educação é lembrar que esta, assim como era também para Aristóteles:

Tiene como objetivo formar a los ciudadanos para que sean perceptivos. Comienza con la creencia confiada en que cada miembro de la heterogénea ciudadanía es un posible prudente, dotado de la habilidade básica (esto es, aún sin desarrollar) de cultivar la percepción práctica y de valerse de ella en nombre de todo el grupo. Tiene por objetivo hacer que estas habilidades básicas se cumplan complementament en la realidad. Tal como insisten Aristóteles y Pericles, el núcleo de esta educación se encontrará en los estudios que ahora denominamos "humanidades" [...] (NUSSBAUN, 2005, p.197)

O desafio é, pois, reforçar que as humanidades constituem o núcleo da concepção de educação pretendida por Nussbaum, pois apresenta como habilidade básica o desenvolvimento da percepção do sujeito. A autora acredita que se o sujeito for perceptivo será capaz de cultivar uma percepção prática para o grupo e uma educação com base nas humanidades. Cita ainda que educadores como Froebel e Pestalozzi, e um psicanalista como Winnicott, perceberam as artes como recursos emocionais e criativos da personalidade da criança (Nussbaum, 2015, p. 90). Esta, nesse caso, passa a perceber o outro não somente como um corpo, mas a enxergar uma alma que representa uma conquista sustentada pela poesia e pelas artes diante da subjetividade e das profundezas do humano (Nussbaum, 2015.p.101- 102). Consequentemente, as humanidades, na concepção da autora, e de outros pesquisadores citados anteriormente, é desafio a ser adotado para uma educação capaz de cultivar, principalmente, a habilidade da percepção do sujeito.

3 A educação e a inclusão escolar do outro

Estudar a educação quanto à inclusão de alunos é um momento de aceitar a afirmativa de Nussbaum que diz: todos temos algum tipo de incapacidade de maneira permanente ou transitória, inclusive relacionadas às diferentes fases do desenvolvimento humano (2014, p.60). Portanto, a autora, ao dar enfoque às capacidades, diz que a sua não é uma teoria sobre o que é ou não é a natureza humana, mas sim que a perfeição não é algo do humano, por si somente. Deste modo, com base na defesa das humanidades de Nussbaum, emergem questionamentos quanto ao tema inclusão escolar, no contexto atual, tais como: o que significa incluir? Todo o aluno incluído está inserido no contexto educacional? Ou ainda: até que ponto as leis vigentes são as respostas que a sociedade como um todo necessita? Nas leituras realizadas das obras de Martha Nussbaum surgem argumentações que fazem uma tentativa de entender o ser humano na sua complexidade e, tem-se uma sociedade organizada e pensada com regras, normas e estilos padronizados, numa constante busca da perfeição, em que o diferente é geralmente estigmatizado.

A sociedade é condicionada para aceitar os "normais", os "perfeitos" e a escola não está fora desta realidade. A criação de leis para aceitar o "diferente" no ambiente escolar é, sem dúvida, uma atitude que mostra o instinto animal que prevalece no humano. Atitudes de isolar o "diferente" no mundo animal refere-se à sobrevivência, à perpetuação da espécie e ainda a proteção dos demais dos predadores, mas o homem parece que ainda possui consigo esta animalidade que, por vezes, o torna menos humano e mais animal primitivo. Ver no outro o humano, em qualquer situação, exige um novo olhar em que seja possível porque, conforme Nussbaum:

Los criterios fundamentales deberían ser (...) la idea de la dignidad humana, y la idea estrechamente relacionada de las bases sociales del autorrespeto y la no humillación. La igualdad de capacidades es un objetivo social esencial allí donde su ausencia traería consigo un déficit en la dignidad y el autorrespeto. Hemos visto que la idea de la dignidad se formula desde el primer momento en términos de igualdad: lo que exige reconocimiento es la igual dignidad de los seres humanos. E neste caso, la idea de la igualdad es esencial: es preciso incorporarla a la idea básica de la dignidad para articular adecuadamente este objetivo (NUSSBAUN, 2012, p.290).

A autora pondera que a ideia de dignidade humana encontra-se relacionada às bases sociais que integram o autorespeito e não a humilhação diante de uma incapacidade que o sujeito venha a apresentar. Nesse sentido, o reconhecimento da dignidade dos seres humanos é uma exigência essencial que precisa ser vinculada à ideia básica para ocorrer à articulação e, assim, viabilizar a igualdade das capacidades. Contudo, Nussbaum lembra que na educação os maiores problemas são detectados no ser humano, em especial na área cognitiva, quando o objetivo é medir as capacidades e as incapacidades humanas. A autora argumenta que:

Em el terreno de la educación es donde se han dado las carencias más graves. Estigmatizados como ineducables o como un gasto inútil, los niños con discapacidades mentales no tenían acceso a una educación adecuada. Los adultos de mi generación aún recordamos las clases para niños "especiales", que se ocultaban en los sótanos de las escuelas para que los niños "normales", no tuvieran que verlos. En muchos casos, las escuelas públicas rechazaban directamente a los niños con deficiencias mentales. (NUSSBAUN, 2012, p.203)

O ser humano com alguma incapacidade era, em gerações anteriores, isolado para evitar o convívio com os denominados "normais". Essa atitude não era uma exceção, mas sim uma regra estabelecida. A sociedade resolvia o problema das incapacidades ao seu modo peculiar, ou seja, mediante o isolamento dos demais "normais". O estigmatizar, como no caso crianças que se julgava não terem condições de serem educadas, parecia algo normal e não contestado, na maioria das vezes, nem pelos próprios pais que enfrentavam o problema com os seus filhos. O quadro era mais grave em situações em que a criança apresentava alguma deficiência mental e em que as escolas públicas as excluía dos seus bancos escolares. Ou então, em outras situações, existiam as classes para crianças especiais, organizadas num ambiente somente permitido a elas e não às "normais".

Muitas situações semelhantes são conhecidas e descritas, pois parece haver uma lacuna na organização escolar como tal que não consegue perceber e aceitar as diferenças e, assim, criar condições para que as crianças possam desenvolver suas capacidades. Mesmo com a aprovação de leis relacionadas à educação inclusiva, tem-se um cenário que retrata uma realidade contraditória, pois:

A nível conceptual, cabría considerar que el principal problema de estas leyes es que siguen señalando a los niños con discapacidades mentales como una clase aparte, y establecen que la educación de estos niños debe ser cualquier sistema escolar bueno para todos los niños. Es comprensible, pues, la irritación de algunos padres cuyos niños no aprenden bien, pero que no padecen ninguna discapacidad clasificable, pues su educación no entra en el ámbito de protección de la ley y reciben, por lo tanto, una atención insuficiente. (NUSSBAUM, 2012, p. 213)

Comprova-se que as leis, na maioria das situações, evoluem de maneira mais lenta em relação aos problemas ou situações que precisam ser aplicadas e na educação não seria diferente. Tem-se inúmeras situações em que a criança com incapacidades não tem acesso à escola e em outras não há um laudo expedido por um especialista com o diagnóstico – geralmente atrelado a este detalhe burocrático – e as suas necessidades não são atendidas no ambiente escolar. E este não terá o cumprimento do dispositivo legal que venha lhe assegurar uma educação igualitária e humanizadora, conforme determina a lei. Comprova-se que o sistema educacional público, em algumas instituições educacionais de localidades menores, cumpre a lei com mais rigor, o que não acontece muitas vezes em centros urbanos maiores e em escolas particulares. Ainda, muitas crianças apresentam incapacidades pontuais. Elas não aprendem no mesmo ritmo dos demais e não recebem a atenção adequada quanto ao processo ensino-aprendizagem.

Diante de vivências, no ambiente escolar, que envolvem crianças em situações de inclusão parece ser fundamental, como argumenta Nussbaum, que:

En el caso de personas con discapacidades, el objetivo debería consistir en que tengan la mismas capacidades que las personas “normales”, aun que algunas de esas oportunidades tal vez tengan que ser ejercidas a través de un representante sustituto y este pueda suministrar en algunos casos parte de la capacidad interna en cuestión si la persona es incapaz de desarrollar suficiente capacidad de elección por sí misma [...] Pero la noción de capacidad básica continua siendo apropiada para el ámbito educativo: si un niño o una niña sufre de discapacidades cognitivas innatas, las intervenciones especiales están justificadas (NUSSBAUM, 2012, p.44)

As situações vivenciadas no cotidiano escolar são, na maioria das vezes, extremamente excludentes, pois se tem uma educação centrada em “normais” e “resultados”. Há instituições que nem o acesso aos incapacitados é permitido. Pertencemos a uma cultura e a uma sociedade que preconiza um ideal de educação e de alunos, bem como de professores. Nos casos dos alunos “incapacitados” que chegam à idade escolar e, conseqüentemente, à comunidade, por direito deveriam usufruir das mesmas condições dos demais. Acrescenta-se, ainda, que no caso das crianças que apresentam “incapacidades cognitivas”, a lei lhes assegura o direito a ser requerido através de um representante legalmente constituído. Alguns avanços emergem no cotidiano da escola, diante de situações pontuais, mas ainda há uma enorme lacuna quanto aos alunos com “incapacidades” e a inserção nas diferentes modalidades, especificamente na educacional. Nessas experiências percebe-se que emergem algumas melhorias e adaptações na tentativa de incluir os “incapacitados” no ambiente escolar. Trata-se de mudanças que não podem representar somente o estrutural do ambiente, mas sim o organizacional e, especialmente, o humano, com embasamento nas humanidades e na busca incessante de “descobrir” as capacidades do outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de compreender a realidade educacional vigente, mais especificamente a partir de Martha Nussbaum, percebe-se um desafio para uma mudança da esfera educacional pautada nas humanidades. Nussbaum argumenta que as instituições educacionais não possuem as condições mínimas para oportunizar, na maioria das vezes, uma educação de qualidade e humanizadora aos educandos. A educação destes exige, em especial, um ambiente adequado e um professor-facilitador que venha a perceber em cada indivíduo, em seus olhares, alguém com capacidades e incapacidades, mas sempre o humano que se constitui deverá prevalecer.

A educação pensada e defendida nas suas obras apresenta como essência o humano, e para haver uma formação democrática, igualitária e humanizadora; nesse sentido, a condição fundamental é a adoção das humanidades nos currículos escolares. A autora questiona o tipo de formação acadêmica do educador no contexto atual. E, ainda, faz uma tentativa instigante para que os governantes repensem a educação cuja finalidade deverá ser concretizada com a formação de um sujeito cidadão, crítico, ético e global.

Nas situações em que as incapacidades não são temporárias, mas permanentes, é fundamental identificar quais as capacidades que o indivíduo agrega e, assim, construir o conhecimento a partir destas. Querer uma uniformidade, uma rotina ou um padrão no processo educacional é algo que precisa ser modificado e, principalmente, repensado. Este repensar exige uma constante busca de conhecimentos e de reflexões quanto à atividade do educar o outro, diante de diferentes realidades, incapacidades e de capacidades humanas.

Nussbaum, em suas obras, retoma a necessidade de haver uma mudança do paradigma educacional a nível mundial com o objetivo de desenvolver as capacidades do ser humano e não somente visar o lucro das instituições sejam culturais, sociais e econômicas, entre outras. A escritora e filósofa afirma que o desenvolvimento humano somente será possível a partir do respeito aos direitos humanos. Esta é a condição essencial e que precisa começar a partir de uma educação igualitária, ética e humanizadora oportunizada ao ser humano em todas as sociedades. Parece essencial lembrar que ao incorporar as humanidades no currículo escolar tem-se também uma possibilidade de melhorar educandos e educadores.

Nussbaum entende, ainda, que a educação ao adotar o paradigma das humanidades em substituição ao do desenvolvimento econômico, pode possibilitar a valorização do outro e da vida em toda a sua complexidade. Para a autora, ao educar o indivíduo tendo como embasamento as humanidades, tem-se um resgate verdadeiro do humano, de modo a ampliar a valorização e o respeito para si mesmo, para o outro e para o mundo.

REFERÊNCIAS

NUSSBAUM, Martha Craven. **La terapia del deseo: teoría y práctica en la ética helenística.** Barcelona: Paidós, 2003.

NUSSBAUM, Martha Craven. **El conocimiento del amor: Ensayos sobre filosofía y literatura.** Trad. Rocío Orsi Portalo. Madrid: A. Machado Libros, 2005.

NUSSBAUM, Martha. **El cultivo de la humanidad: Una defensa clásica de la reforma en la educación liberal** Trad. Juana Pailaya. Barcelona: Paidós Ibérica, 2005.

NUSSBAUM, Martha Craven. **Las fronteras de la justicia: consideraciones sobre la exclusión.** Barcelona: Paidós, 2012

NUSSBAUM, Martha. **Educação e Justiça Social.** Trad. Graça Lami. Ramada/Portugal: Edições Pedagogo, 2014.

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2015.

NUSSBAUM, Martha. C. **Crear capacidades: Propuesta para el desarrollo humano** Trad. Albino Santos Marques. Barcelona: Paidós, 2012.

1 A autora Martha Nussbaum, na obra cita cinco enunciados, mas somente descreve quatro.